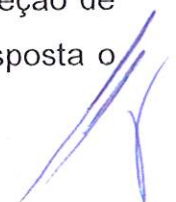


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REMOTA QUE TRATA SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DO PLANO PLURIANUAL (PPA) PARA O PERÍODO DE 2022 A 2025, CONFORME PRECEITUA O ARTIGO 48 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

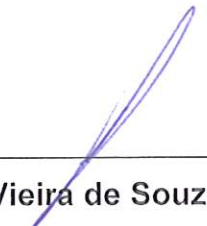
No primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, no Plenário da Câmara Municipal de Botucatu, localizado a Praça Comendador Emílio Peduti, nº. 112, Edifício "Vereador Abílio Dorini", foi realizada Audiência Pública Remota, para tratar sobre o processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2022 e do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2022 a 2025, conforme preceitua o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, respeitando o isolamento social preventivo determinado pelo Poder Executivo, em função da pandemia de Coronavírus (Covid-19). Houve transmissão ao vivo, através dos canais 31.3 (TV Câmara – rede aberta) e 2 (NET/Claro – por assinatura), e assegurado a participação popular através do WhatsApp, Facebook e site da Câmara Municipal. A audiência foi promovida pela Secretaria Municipal da Governo, cujos trabalhos foram conduzidos pelo Secretário Municipal de Governo, Sr. Fábio Vieira de Souza Leite. Material preparado pelo executivo e projetado para a apresentação sobre a elaboração do PPA para o período de 2022 a 2025 e para a LDO referente ao exercício de 2022, em cumprimento ao Artigo 165 da Constituição Federal, incisos I e II e artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, parágrafo 1º, inciso I e artigos 52 e 111 da Lei Orgânica Municipal, incisos XVIII, I e II, respectivamente. Também foi efetuado um detalhamento das receitas e despesas para o exercício de 2022, por órgãos e por secretarias, no montante de 461.958.970,00, valores esses líquidos de FUNDEB, onde a combinação dos anos de 2022 a 2025, para os quatro anos do PPA totalizam o valor de 1.961.263.295,00. Os índices de inflação utilizados para projeção da LDO 2022 e PPA 2022 a 2025 foram PIB, IPCA, IGPM, INPC e Boletim Focus. Encerrada a apresentação do secretário municipal de governo foi aberta a palavra para perguntas e esclarecimentos de dúvidas e comentários, através do WhatsApp



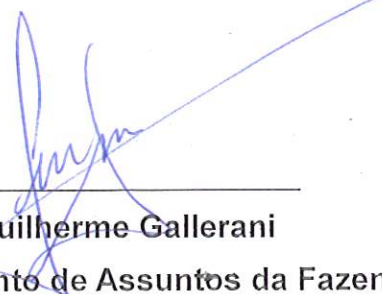
(14) 996101981 e e-mail tv@camarabotucatu.gov.br. Os vereadores Abelardo, Marcelo Sleiman, Alessandra Lucchesi, Erica da Liga do Bem, Cláudia Gabriel, Rodrigo Palhinha, Sargento Laudo e Lelo Pagani acompanharam remotamente a audiência e fizeram perguntas. O vereador Abelardo perguntou sobre a revisão de salários dos servidores para os próximos quatro anos e o índice de correção utilizado, o secretário respondeu que a previsão orçamentária é de reposição da inflação pelo INPC ao longo dos anos, exceto no ano 2021 por conta da lei 173. O vereador Marcelo Sleiman perguntou o que levam os valores alocados em algumas secretarias fins serem menores que a procuradoria, área meio, e se seguimos a recomendação do TCE da aplicação dos objetivos do milênio no PPA 2022 a 2025. O secretário disse que no orçamento da procuradoria estão contidas todas as despesas com RPV e precatórios. Quanto a questão dos objetivos do milênio, é apenas recomendação e que parte desse plano estão de alguma forma distribuídas nas ações das Unidades Orçamentárias já mencionadas anteriormente. Também perguntou se as peças orçamentárias foram elaboradas considerando o percentual de até 1,2% da RCL conforme a emenda constitucional, que assegura a execução orçamentária e financeira das programações derivadas de emendas parlamentares, o secretário informou que não há essa previsão, porque a lei orgânica do município precisa ser modificada ou atualizada. A vereadora Alessandra Lucchesi perguntou do plano de carreira do magistério, e também, como está a implantação do fundo municipal de políticas públicas para as mulheres nas peças orçamentárias. Em resposta, o secretário disse que a implantação está contida nas peças orçamentárias e que qualquer tipo de despesas ou investimentos devem estar suportados pelo orçamento. Disse ainda que não houve grandes alterações no recebimento de receitas vinculados ao novo Fundeb para o município de Botucatu, e que os estados e municípios privilegiados, são aqueles com arrecadação per capita para educação menores que a média nacional. A vereadora Erica da Liga do Bem perguntou se é possível ter uma rubrica orçamentária específica no orçamento para a causa animal, o secretário respondeu que essas ações, relativas a causa animal, estão contidas no orçamento da secretaria de Saúde e que a criação de rubrica específica dificulta a atuação do Poder Executivo por ser muito específica. A vereadora Cláudia Gabriel perguntou se a projeção de aumento do Fundeb prevista pela união foi aplicada no PPA, em resposta o



secretário disse que sim, já que todo o comportamento do Fundeb está incluso nas peças orçamentárias. O vereador Lelo Pagani perguntou se a tendência de crescimento do orçamento para os próximos quatro anos não está muito tímida. O secretário respondeu que não, que o critério utilizado por essa administração é de identificar alguns índices consolidados do mercado e aplicar essas projeções no orçamento. O Munícipe e servidor da Câmara Rafael Romanholi perguntou sobre a atipicidade na projeção da receita e despesa do PPA por conta da pandemia, em resposta, o secretário disse que foi feita uma análise para identificar quais foram as receitas episódicas relacionadas a pandemia e os impactos na arrecadação de tributos, frente ao PIB negativo, que foram relativizados nas peças apresentadas. O munícipe Vitor perguntou sobre a progressão funcional relacionada ao funcionalismo público, em resposta, conforme mencionado nas questões anteriores dos vereadores, todos os projetos devem estar inseridos e suportados em despesas obrigatórias pelas peças orçamentárias. Durante a audiência em média 20 pessoas estiveram conectadas através do Facebook, além da audiência da TV Câmara, foram alcançadas 157 pessoas, 55 engajamentos e um total de 18 perguntas, todas foram respondidas. Nada mais havendo para tratar, o Secretário agradeceu a presença de todos. Eu, Luís Guilherme Gallerani, Secretário Adjunto de Assuntos da Fazenda, lavrei a presente ata que assino juntamente com o Sr. Secretário Municipal de Governo.



Fábio Vieira de Souza Leite
Secretário de Governo



Luís Guilherme Gallerani
Secretário Adjunto de Assuntos da Fazenda